LIBERDADE PROVISÓRIA E A VEDAÇÃO DE SUA CONCESSÃO¹

Emerson Ferraz²

Odilon Faria de Souza Junior³

Raphael Sérgio Rios Chaia Jacob⁴

Heitor Homero Marques⁵

RESUMO: Sendo a liberdade a regra e a prisão a exceção não se pode admitir que a lei, vedando aprioristicamente a concessão de liberdade provisória, impeça o juiz de verificar a real necessidade de manutenção do preso no cárcere. Fundamentados em doutrina majoritária buscamos refutar o entendimento prevalente nas cortes superiores do país que permitem uma verdadeira afronta aos princípios fundamentais, especialmente a liberdade de locomoção. Da análise das decisões colacionadas verificamos um embasamento ultrapassado e que não mais condiz à recente interpretação do texto constitucional.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Crimes Hediondos e equiparados. 2. Prisão. 3. Liberdade provisória. 4. Vedação. 5. Constitucionalidade.

INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei n. 11.464/2007, a qual revogou o inciso II, do Art. 2º da Lei de Crimes Hediondos, surgiu no direito brasileiro uma forte discussão acerca da possibilidade ou não da concessão da liberdade provisória também aos crimes arrolados na Lei de Tóxicos (Lei n. 11.343/2006).

Para uns, a revogação de tal inciso limitou-se a uma alteração textual, pois a vedação da liberdade provisória aos crimes hediondos decorre da vedação da fiança, vedação

¹ Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* à distância em Direito Penal e Processual Penal pelo convênio UCDB/CPC Marcato. Piracicaba/São José dos Campos, 2009.

² Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Paraíba. Servidor Público Federal. Pós-graduando em Direito Penal e Processual Penal pela UCDB/CPC Marcato (*lato sensu*). E-mail: emersonferraz@ymail.com

³ Bacharel em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba. Servidor Público Estadual. Pós-graduando em Direito Penal e Processual Penal pela UCDB/CPC Marcato (*lato sensu*). E-mail: odilonfaria@telefonica.com.br

⁴ Professor, Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso de pós-graduação *lato sensu* da UCDB/Marcato. E-mail: phadel@hotmail.com

⁵ Professor, especialista, mestre em Educação pela UCDB e doutor em Desarrollo Local y Planteamiento Territorial, pela Universidad Complutense de Madrid. Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso de pós-graduação *lato sensu* da UCDB/Marcato. E-mail: heiroma@ucdb.br

esta que não foi suprimida da lei de crimes hediondos⁶. Outros até admitem que houve uma revogação da vedação, mas não a consideram suficiente para influenciar a Lei de Tóxicos, por ser lei especial em relação à Lei de Crimes Hediondos⁷. Porém, para a maior parte da doutrina, ao ser revogado o inciso supra referido, a Lei de Crimes hediondos deixou de vedar a concessão de liberdade provisória, sendo então possível a concessão de tal benesse aos autores de crimes hediondos e equiparados, incluindo-se os crimes da Lei de Tóxicos.

Como visto, trata-se de matéria de interpretação do texto legal e, como a lei deve obediência ao texto constitucional, o correto é buscar as bases constitucionais que sustentam os argumentos acima expostos.

Amparam-se no inciso XLIII, do Art. 5º da Constituição Federal, aqueles que defendem a vedação da concessão de liberdade provisória aos crimes hediondos, entendendo estes, que houve apenas uma alteração textual e que a vedação da liberdade provisória está embutida na vedação da fiança: “A lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos [...]”. Para estes, é possível a lei infra-constitucional estabelecer, com base em fundamentos meramente objetivos a prisão processual como regra, independente das condições pessoais do réu ou das condições em que o crime tenha ocorrido.

Em sentido contrário, os que defendem a possibilidade de concessão da liberdade provisória a todo e qualquer acusado, sustentam suas argumentações em vários princípios constitucionais como o da presunção de inocência, devido processo legal, da necessidade de motivação e fundamentação da prisão e, com base em outro dispositivo constitucional, o inciso XLVI, do Art. 5º da Constituição Federal: “Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança”.

Ambos os argumentos são fortes mas, ao mesmo tempo não encerram a discussão e não apresentam contornos sólidos para responder às indagações trazidas com a entrada em vigor da Lei n. 11.464/2007. A Carta Magna não traz em seu texto um conceito para os institutos da liberdade provisória, da graça, da anistia, nem mesmo para o instituto da fiança. Nem ao menos nos mostra em quais hipóteses tais benefícios poderão ser concedidos, dando margem a interpretações conflitantes. Apenas como ilustração, podemos observar que no caso do habeas-corpus, o texto constitucional traz claramente uma previsão para as hipóteses em

⁶ BRASIL. STF – HC 93229-1/SP, Rel. Ministra Carmen Lúcia, Primeira Turma, julgamento: 01/04/2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

⁷BRASIL. STF – HC 93000-0/MG, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, julgamento: 01/04/2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

que tal remédio constitucional será concedido: “Conceder-se-á habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. Caso houvesse uma previsão constitucional dizendo: “Conceder-se-á liberdade provisória sempre que...”, ou “Arbitrar-se-á fiança nos casos de...”, ficaria mais fácil sua interpretação.

Acreditamos que o constituinte não se ateu a tais detalhes por tratarem-se de conceitos amplamente arraigados em nosso ordenamento e que não caberia dar nova definição a tais institutos, limitando-se apenas a arrolar hipóteses em que tais benesses seriam vedadas.

Antes de entrarmos na discussão acerca da possibilidade ou não da liberdade provisória sem fiança aos acusados de cometimento dos crimes da Lei de Tóxicos, para instigar nossa reflexão e facilitar nossa compreensão, faremos um relato histórico de como o benefício da liberdade provisória sem fiança entrou em nosso ordenamento jurídico.

1 PRISÃO E LIBERDADE

No presente trabalho, ao tratarmos do instituto da “Liberdade Provisória” necessariamente deveríamos tratar inicialmente de seu antecedente sem o qual a “liberdade provisória” seria desnecessária, ou seja, deveríamos tratar inicialmente da prisão processual. Porém, ao basearmos o trabalho na prisão processual, estaríamos dando à prisão a condição de regra e à liberdade, a condição de exceção. Estaríamos cometendo o mesmo erro que este trabalho de pesquisa visa combater, pois, nosso objetivo é mostrar ao estudioso do direito que, em uma sociedade livre e democrática, não podemos ter a prisão como regra e a liberdade como exceção e que, essa inversão de valores, muito utilizada em regimes autoritários, ainda continua assombrando nosso ordenamento jurídico.

A liberdade, em seu sentido mais amplo, é inerente a todo ser humano.

A liberdade pode ser designada de uma maneira negativa como a ausência de submissão, de servidão e de determinação, isto é, ela qualifica a independência do ser humano. De maneira positiva, liberdade é a autonomia e a espontaneidade de um sujeito racional. Isto é, constitui a condição dos comportamentos humanos voluntários.⁸

A liberdade era o primeiro bem civil do cidadão, a base de sua vida. Nesse estado de natureza, o homem era dono de suas próprias razões e de suas posses, não necessitando do consentimento ou da vontade de qualquer outro homem. A única lei que havia era a própria

⁸ Liberdade, conceito. Wikipédia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberdade>>. Acesso em: 01 set. 2009.

razão do homem. Esse estado de natureza era quebrado quando um homem tentava invadir os direitos do outro. Estes invasores do direito alheio eram chamados de transgressores que, por não se sujeitarem a viver racionalmente, deveriam ser eliminados como animais irracionais.⁹

Houve uma relativização no conceito de liberdade natural trazida formação da vida em sociedade. Esse novo conceito de liberdade há que ser entendido como o direito do homem de viver em sociedade, protegido pelas leis contra as transgressões dos outros homens e contra as injustiças do próprio estado.

1.1 PRISÃO.

A palavra prisão deriva do latim “prehensio”, de “prehendere”, que significa prender, segurar, agarrar. Em linguagem jurídica, prisão significa o ato pelo qual se retira a liberdade de locomoção, de ir e vir do cidadão, recolhendo-o a um local seguro e fechado para que não possa dele sair.

A prisão, como forma de punição, surgiu inicialmente para os animais, sendo posteriormente aplicada aos homens, ou seja, a idéia era dar aos transgressores tratamento igual ao dado aos animais. Essa prisão não consistia na segregação do indivíduo a um local fechado, limitava-se à colocação de amarras nas mãos e pés do acusado. Com o aumento do número de presos, necessário se fez colocá-los em locais fechados, como cavernas e túmulos e posteriormente, construir muralhas e prisões para tal.¹⁰

Diferentemente do que é visto hoje em dia, na antiguidade, as prisões não eram utilizadas para o cumprimento de pena, mas sim, para a guarda do acusado até que se realizasse seu julgamento que resultaria, em sua absolvição e liberdade ou, em sua condenação à pena de morte. A prisão como pena surgiu somente no século XVI, sob forte influência da igreja.¹¹

1.2 A PRISÃO COMO EXCEÇÃO.

Em regra, como já visto, a liberdade corresponde ao estado natural do indivíduo, ou seja, no estado utópico de natureza haveria a liberdade individual sem limites. Porém, o

⁹ PEREIRA, Jardel Costa. *O conceito de liberdade de John Locke*. Revista Eletrônica FUNREI. Disponível em: <<http://www.funrei.br/revistas/filosofia>>. Metavnoia, São João del Rei, n. 1, p. 7-15, jul. 1988/1999.

¹⁰ CARVALHO, Jeferson Moreira de. **Prisão e liberdade provisória**, 1999. p. 6.

¹¹ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**, *Historia e evolução da pena de prisão*, 1993. p. 11/58.

homem ao se sujeitar a viver em sociedade, abriu mão desse direito à liberdade sem limites para ajustar ao convívio social. Com isso, passou a estabelecer e a sujeitar-se a regras de convivência que, uma vez descumpridas levariam, em caráter excepcional, à perda da liberdade.¹² Surgia aí o Direito Penal, conceituado como o ramo do direito que visa garantir as condições indispensáveis à coexistência dos elementos que compõem o grupo social.¹³

Essa perda de liberdade, por ter caráter excepcional, ficaria restrita às regras do Direito Penal, tendo aplicação somente após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória e, em caráter ainda mais restrito como modalidade cautelar para garantia de efetivação do processo ou por outras razões de ordem pública.

Nos dias de hoje, há uma forte tendência a se evitar às penas de prisão mesmo de réus condenados. O Direito Penal moderno se inclina cada vez mais pela busca de aplicação de penas alternativas no lugar das penas de prisão, justificando assim, cada vez mais os argumentos que definem a prisão processual como exceção e a liberdade como regra, pois, se até mesmo os condenados tendem a permanecer livres, não haveria justificativas para se estabelecer a prisão processual como regra. A prisão cautelar processual somente deveria ocorrer em caráter excepcional, quando absolutamente necessária aos interesses sociais.

1.3 A PRISÃO COMO REGRA.

No século XIX a prisão processual era regra obrigatória em nosso ordenamento jurídico. Justificava-se tal medida no fato de que muitas vezes o acusado não mais compareceria frente ao Juiz se fosse posto em liberdade.

A fiança real foi figura introduzida pelo Código de Processo Criminal de 1832, relativizando a regra da prisão cautelar obrigatória. Com a fiança real o preso poderia responder ao processo em liberdade com o pagamento de uma quantia em dinheiro ou o depósito de um objeto de valor econômico.¹⁴

Até a promulgação da Constituição Federal de 1934, a competência para legislar sobre processo penal cabia aos estados-membros. Assim, até então, cada estado-membro era responsável por criar suas regras processuais penais. Nesse contexto, o estatuto Processual Penal do estado do Rio Grande do Sul, em seu artigo 194, determinava que a prisão processual deveria ser regra nos casos de homicídio, lesão corporal gravíssima, atentados à

¹² COSTA, José Armando da, **Estrutura jurídica da liberdade provisória**, 1997. p. 15/17.

¹³ MIRABETE, Julio Fabrini. **Manual de direito penal**. 19. ed., 2003. p. 22.

¹⁴ GRECO, Lucas Silva e. *O sepultamento da manutenção obrigatória da prisão sem pena no processo penal brasileiro*. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9980>. Acesso em 27 ago. 2009.

propriedade com penas maiores que quatro anos e, se o indiciado praticasse novo delito, ameaçasse a vítima ou tentasse corromper ou intimidar testemunhas.

Com a entrada em vigor do Código de Processo Penal em 1941, uniformizando a legislação processual penal em todo território nacional, sob forte influência do código processual italiano, o legislador, ao invés de eliminar de nosso ordenamento jurídico a odiosa figura da prisão provisória, acabou por disseminá-la por todo o país, ao inseri-la no Art. 312 do novo Código, baseada em uma presunção de periculosidade. Assim, aquele que cometesse um crime cuja pena de reclusão, em abstrato, fosse igual ou superior a dez anos, deveria responder ao processo no cárcere, independentemente de qualquer outro critério que justificasse ou não a aplicação da medida. Na prática, o simples recebimento da denúncia já implicava na decretação da prisão preventiva.

Outra situação que definia a prisão como regra no nosso ordenamento processual podia ser observada na dicção do antigo Art. 408, §1º, do Código de Processo Penal, o qual definia que a sentença de pronúncia deveria determinar a imediata captura do réu ou deveria recomendá-lo na prisão em que se encontrasse. Assim, em hipótese alguma, o réu pronunciado poderia aguardar o julgamento pelo Tribunal do Júri, em liberdade.

Também havia a absurda previsão na redação original do C.P.P. de que o acusado de crime cuja pena, em abstrato, igual ou superior a oito anos, não poderia aguardar julgamento de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público em liberdade, mesmo que a sentença de primeira instância fosse absolutória (antigo Art. 596, parte final, do CPP).¹⁵

Mesmo após a edição do texto constitucional de 1988, diversas leis foram editadas estabelecendo a prisão cautelar processual como regra. Além da Lei de Crimes Hediondos, objeto deste estudo, também a Lei n. 9.037/1995 que trata da repressão às organizações criminosas dispõe em seu artigo 7º que não será concedida a liberdade provisória aos agentes que tenham tido intensa e efetiva participação na organização criminosa. A Lei n. 9.613/1998, que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens e valores, em seu artigo 3º, também veda a concessão de liberdade provisória. O Art. 21 do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003), antes de ser declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN 3112-1, previa que os crimes de posse ou porte ilegal, comércio ilegal e tráfico de internacional de arma de fogo, disciplinados em seus artigos 16, 17 e 18, seriam insuscetíveis de liberdade provisória. E finalmente, a nova Lei de Tóxicos (Lei n.

¹⁵ COSTA, José Armando da, *Op.cit.* p. 28.

11.343/2006), traz em seu artigo 44, a vedação expressa da concessão de liberdade provisória aos crimes previstos em seus artigos 33, caput e §1º e 34 a 37.¹⁶

1.4 A LIBERDADE COMO REGRA – EVOLUÇÃO HISTÓRICA.

Atento às reais necessidades da sociedade brasileira e, avesso a essas regras absurdas de privação de liberdade trazidas pela influência italiana na elaboração do Código de Processo Penal, o legislador brasileiro, com o decorrer dos anos, sob forte pressão doutrinária e jurisprudencial, tratou de corrigir os equívocos presentes no texto original do Código. A primeira mudança significativa veio com a edição da Lei n. 5.346/1967 que, dando nova redação ao artigo 312 do CPP, pôs fim a infeliz regra da prisão cautelar obrigatória para crimes com pena de reclusão, em abstrato, igual ou superior a 10 anos. Com a nova redação, a prisão preventiva só poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria. A partir de então, a prisão cautelar processual deixou de ser regra, tornando-se exceção.

Outro avanço nessa seara se deu com a edição da Lei n. 5.941/1973 que, alterando os artigos 408 e 596 do Código de Processo Penal, pôs fim à obrigatoriedade de recolhimento do réu pronunciado, bem como, eliminou o efeito suspensivo da apelação ministerial, garantido aos réus absolvidos em primeira instância, o direito de aguardar o julgamento de eventual recurso ministerial, em liberdade.¹⁷

Para confirmar tal tendência, a Lei n. 6.416/1977, acrescentando o parágrafo único ao artigo 310 do Código de Processo Penal, estendeu o benefício da liberdade provisória a todos os réus presos em flagrante. Até então, tal benesse só poderia ser concedida quando se verificasse a existência de excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de um direito). Assim, com essa mudança legislativa, qualquer prisão em flagrante só poderá ser mantida se estiverem presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, como visto acima.¹⁸

Todas essas mudanças de cunho libertário, que sofreu Código de Processo Penal, acabaram por firmar uma identidade no nosso ordenamento jurídico que foi o de definir a liberdade no curso do processo como regra e, conseqüentemente, de que a prisão processual

¹⁶ GRECO, Lucas Silva e. *Op.cit.*

¹⁷ COSTA, José Armando da, *Op.cit.* p. 26/29.

¹⁸ *Ibid.* p. 30.

só ocorreria de forma excepcional. Esta evolução processual serviu também para firmar o conceito de liberdade provisória recepcionado pelo texto constitucional de 1988.

1.5 LIBERDADE PROVISÓRIA.

A Liberdade Provisória pode ser conceituada como um direito que é dado ao cidadão para que, atendendo aos requisitos impostos pela lei, possa responder ao processo criminal sem a necessidade de permanecer recolhido a um estabelecimento prisional.

A história nos mostra registros acerca da possibilidade de concessão de liberdade provisória desde a Grécia Antiga, quando fiadores se responsabilizavam pelo comparecimento do réu em juízo. No Direito Romano verificou-se duas espécies de liberdade provisória. A primeira, denominada “intercessio”, consistia na possibilidade de o acusado livrar-se solto no curso do processo quando um magistrado vetava a decisão de outro magistrado. A outra espécie de liberdade provisória romana, denominada “vadimonium”, que em muito se assemelha à noção atual de liberdade provisória, consistia na possibilidade de libertação do acusado para defender-se solto mediante uma promessa de comparecimento ao juízo precedida da prestação de uma de fiança ou caução. Ainda em Roma, a partir da Lei Júlia, a regra passou a ser a da liberdade provisória, independente de fiança. Durante o principado, voltaram a fazer parte do Direito Romano as figuras da prisão provisória e da fiança.¹⁹

Na Idade Média, a liberdade provisória existia mediante a prestação de caução ou de fiança, levando-se em conta a gravidade dos delitos e a condição pessoal dos réus. Os visigodos concediam a liberdade provisória mediante a garantia de pessoas credenciadas, os chamados fiéis carcereiros. No direito português dos séculos XIII e XIV, a liberdade provisória podia ser garantida pela Carta de Seguro (garantia dada pelo senhor feudal), pela Homenagem (privilégio de alguns e mediante palavra), pela fiança e ainda pelos fiéis carcereiros. A França, no século XVI restringiu o benefício aos crimes de menor lesividade, porém, a jurisprudência da época ampliou sua extensão à pessoas ilustres e a crimes não punidos com penas privativas, sendo posteriormente estendida a todos.²⁰

Na legislação brasileira, desde a Constituição do Império há registro da possibilidade da concessão de liberdade no curso processual. Previa a Constituição Imperial que ninguém seria levado à prisão se prestasse fiança no caos em que a lei admitisse e, em

¹⁹ TORNAGHI, Hélio. *Sobre o histórico da liberdade provisória. Instituições de Processo Penal*, São Paulo, Saraiva, 1978, v. 3, PP. 361 e ss. Op. Cit.: SILVA, Jorge Vicente. **Liberdade Provisória com e sem fiança**. Histórico, 1998. p. 9/12.

²⁰ TORNAGHI, Hélio. *Op. Cit.*

geral, nos casos de penas de desterro e penas privativas não superiores a seis meses. Tal dispositivo constitucional foi reproduzido no artigo 100 do Código Processual de 1832.

O Regulamento n. 120/1842, regulamentando a Lei n. 261 de 1841, veio possibilitar a liberdade provisória, independente do pagamento de fiança, nos casos de réus não vagabundos e com residência fixa que respondessem por crimes com pena máxima de prisão, degredo ou desterro, não superiores a seis meses ou, a pena pecuniária não superior a cem mil réis. Como a concessão da liberdade provisória sem fiança tornava-se demorada, dada à inúmera quantidade de exigências que eram feitas, a Lei n. 2033/1871 previa uma espécie de fiança provisória nesses casos.

A Constituição Republicana reafirmou que ninguém poderia ser levado à prisão caso prestasse fiança idônea, nos casos em que a lei admitisse.

Com a codificação do regramento processual penal em 1941, o novo Código dedicou um capítulo exclusivo para o instituto da liberdade provisória. O capítulo VI do Código de Processo Penal, denominado “Da Liberdade Provisória, com ou sem fiança”, dedicou aos artigos 321 a 350 para a regulamentação do tema. O artigo 321 cuidou da liberdade provisória independente de fiança. O texto do artigo 321 prevê que será concedida liberdade provisória independentemente do recolhimento de fiança nos casos de infrações não punidas com penas privativas de liberdade e nos crimes punidos com pena máxima de prisão, não superiores a três meses.

Também no artigo 310, no Capítulo que cuida da prisão em flagrante, há a previsão de liberdade provisória para os casos em que o juiz verifique a existência de excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de um direito).

Com a reforma processual trazida pela Lei n. 6.416/1977, acresceu-se ao artigo 310, um parágrafo único que estende a possibilidade de concessão de liberdade provisória sem fiança sempre que o juiz verificar que não houve a ocorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva.

Os demais artigos do capítulo VI, do Código de Processo Penal tem a função de regular o instituto da fiança. É importante ressaltar que por força do parágrafo único do artigo 310, como estudado acima, nenhum juiz ou tribunal poderá retirar do acusado o direito de responder ao processo em liberdade, desde que não se verifiquem no caso, motivos que autorizariam a decretação de prisão preventiva. Assim, se não estiverem presentes quaisquer dos motivos arrolados no artigo 312 do Código de Processo Penal (garantia da ordem pública; garantia da ordem econômica; conveniência da instrução criminal; para assegurar a aplicação

da lei penal ou, quando houver prova da existência do crime e indício de autoria), o acusado terá direito de livrar-se solto durante o curso processual. Com isso, o instituto da fiança perdeu muito de sua razão de existir, pois se o acusado poderá requerer a liberdade provisória sem o recolhimento de fiança, não haveria motivos para prestar-se a recolhê-la.

Acompanhamos o entendimento predominante que qualifica a liberdade provisória como um direito do acusado que, diante da inexistência das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, deverá responder o processo criminal em liberdade, não se tratando de mera discricionariedade do juiz.

Quando a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, inciso LXVI, diz que “ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança”, o texto constitucional, repetimos, refere-se ao conceito de liberdade provisória já arraigado no Código de Processo Penal. A Carta Magna não traz um conceito novo de liberdade provisória e nem deixa ao arbítrio do legislador infraconstitucional definir tal conceito em cada uma das leis a serem editadas. Assim, qualquer lei que vier a dar interpretação diversa ao conceito de liberdade provisória trazido pelo Código de Processo Penal, ou que restrinja os direitos ali contidos, entendemos, deverá ser tida como inconstitucional. Não estamos aqui afirmando que o Código de Processo Penal deva prevalecer sobre as legislações especiais posteriores, pois não haveria qualquer lógica jurídica nisso. Apenas enfatizamos que para o entendimento do instituto da liberdade provisória, há que ser considerada toda a evolução histórica vivida pela matéria processual dentro do texto do Código de Processo Penal.

2 CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS E O CONFLITO DE NORMAS.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 5º, inciso XLIII, assim dispõe: “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

Da simples leitura do sobredito preceito constitucional concluímos que os crimes hediondos e equiparados foram colocados em um mesmo patamar o que implicaria em afirmarmos também, que ditos crimes deveriam receber tratamento, senão idêntico, ao menos semelhante, pela legislação ordinária. Como veremos, não é o que ocorre.

As leis que cuidam dos crimes hediondos e equiparados são: Lei n. 8.072/90 (hediondo), Lei n. 9.455/97 (tortura) e Lei n. 11.343/2006 (drogas).

Ressaltamos que não existe ainda nenhuma lei elaborada pelo legislador brasileiro que disponha sobre o terrorismo, o que há sim, é a incorporação ao nosso direito interno de 14 (quatorze) tratados e convenções internacionais que tratam do assunto, mormente a convenção interamericana contra o Terrorismo, promulgada pelo Decreto n. 5.639, de 26 de dezembro de 2005, contudo, dita convenção não define quais as condutas são consideradas terrorismo, ela apenas faz remissão a outros 10 (dez) tratados internacionais, dos quais o Brasil não faz parte de apenas 2 (dois): Convenção para a Supressão de Atos Ilegais contra a Segurança da Navegação Marítima e Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança das Plataformas Fixas Situadas na Plataforma Continental, ambos feitos em Roma em 10 de dezembro de 1988,²¹ de modo que, dada a complexidade do assunto, resolvemos por bem não abordar o terrorismo neste estudo, embora cientes de que se trata de crime equiparado a hediondo.

Feitas estas premissas passemos à questão inicialmente proposta analisando as sobreditas leis a partir da previsão de vedações dos seguintes institutos nelas contidas: fiança, graça, anistia e liberdade provisória. Para fins didáticos, valeremo-nos da tabela abaixo:

Institutos vedados pelas leis em questão	Lei n. 8.072/90 (crimes hediondos)	Lei n. 9.455/97 (crimes de tortura)	Lei n. 11.343/06 (lei de drogas)
Fiança, graça e anistia	Art. 2º, I e II	Art. 1º, § 6º	Art. 44
Liberdade provisória	Não veda	Não veda	Art. 44

Bobbio²² menciona que a antinomia se configura quando no mesmo ordenamento jurídico, haja duas normas na mesma hierarquia e com o mesmo âmbito de abrangência em confronto.

Pois bem, constatamos que ao menos hoje não há uma antinomia generalizada entre as normas em referência, há sim, apenas o conflito da Lei n. 11.343/2006 com as demais, desde que, por óbvio, adotemos a tese de que não houve derrogação do Art. 44 da Lei n. 11.343/2006 pela Lei n. 11.464/2007, questão que será abordada oportunamente. Repisamos que partimos da idéia de que a Constituição colocou os crimes hediondos e equiparados em um mesmo patamar jurídico, o que, como já dito, faria com que referidos crimes tivessem um mesmo tratamento.

²¹ Atos Multilaterais Assinados pelo Brasil no âmbito do combate ao Terrorismo, conceito. Ministério das Relações Exteriores. <HTTP:// www2.mre.gov.br/dai/terrorismo.htm> Acesso em 14.set.2009.

²² BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: Editora UNB, 1994. p.88.

A bem da verdade sempre houve conflito entre as normas que disciplinam os crimes hediondos e equiparados. O caso é que bem antes da edição da Lei n. 11.464/2007, já havia um desarranjo entre a lei dos crimes de tortura e a lei dos crimes hediondos, haja vista que a primeira, desde a sua edição, não previu a vedação da liberdade provisória, bem como permitia a progressão do regime de cumprimento da pena. Aliás, para que não houvesse margem a interpretações outras, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula 698²³ proibindo a extensão de tais benesses aos demais crimes hediondos. Embora tal conflito restasse superado pelo princípio da especialidade da Lei n. 9.455/1997, face à Lei n. 8.072/1990, inegável que aquela equiparação pretendida pela Constituição ficava prejudicada, uma vez que, nos casos de crimes de tortura possibilitava-se a concessão de liberdade provisória, bem como a progressão de regime, enquanto que nos crimes hediondos e demais equiparados tais institutos eram proibidos.

O surgimento deste conflito, embora tenha sido objeto de críticas, acabou por não ter uma repercussão significativa, pois, ao que tudo indica, os crimes de tortura são mais frequentemente observados em estado de exceção como ao que o Brasil viveu há algumas poucas décadas.

O caso é que em 29 de março de 2007 entra em vigor a Lei n. 11.464 que altera substancialmente a lei dos crimes hediondos, que passa então a permitir a progressão de regime de cumprimento da pena, bem como a vedar somente a concessão de fiança.

Esta alteração legislativa trouxe para a seara dos crimes hediondos e equiparados uma distorção criada 30 (trinta) anos antes, com a Lei n. 6.416, de 24 de maio de 1977, que acrescentou o parágrafo único do Art. 310, do Código de Processo Penal; distorção que pode ser assim resumida: para crimes leves, liberdade provisória mediante pagamento de fiança; para crimes graves, liberdade provisória sob compromisso apenas de comparecimento a todos os atos do processo.

Apesar de importante, não é este o dilema que pretendemos destacar aqui, mas sim o conflito que se seguiu, e que ainda hoje perdura, face ao quanto disposto no Art. 44, da Lei n. 11.343/2006, que trata dos crimes de tráfico de entorpecentes (equiparado a hediondo).

Sobredito dispositivo legal, além de vedar para as condutas que especifica, a fiança, o sursis, a graça, o indulto, a anistia e a conversão das penas em restritivas de direitos, veda também a concessão de liberdade provisória.

²³ Brasil. Súmula 698: Não se estende aos demais crimes hediondos a admissibilidade de progressão no regime de execução da pena aplicada ao crime de tortura. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

Há quem entenda²⁴ que a alteração levada a efeito na lei dos crimes hediondos teve o condão de alterar, no ponto em questão, a lei de drogas, com fundamento na regra de hermenêutica do concurso aparente de normas: lei posterior revoga a anterior naquilo que forem incompatíveis.

Existe, contudo, uma segunda corrente afirmando que, embora as leis n. 8.072/1990 e 11.343/2006 sejam especiais, a Lei n. 11.343/2006 é especial em relação à Lei n. 8.072/1990, prevalecendo na hipótese, o princípio da especialidade. Tal tese é adotada pelos tribunais superiores como se verá, não talvez por este critério de especialidade, mas sim para reforçar o argumento de que a proibição de concessão de liberdade provisória nos crimes hediondos e equiparados remanesce da vedação constitucional. Ora, se a vedação decorre da constituição, tanto faz haver ou não previsão legal neste sentido.

Não fosse a vedação legal de concessão de liberdade provisória inconstitucional como entendemos que o é, diríamos que das duas correntes a primeira é a que se mostra mais coerente, mormente tendo-se em conta o disposto no Art. 2º, caput, da Lei 8.072/1990, onde se reitera o já mencionado tratamento constitucional diferenciado.

2.2 POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA.

Preliminarmente, reputa-se de extrema importância fazer a seguinte consideração: prisão em flagrante é diferente de prisão preventiva, e, por conseguinte, liberdade provisória é diferente de revogação da prisão preventiva. Tal distinção se faz necessária porque em muitos acórdãos verifica-se o tratamento destes institutos como se mesma coisa fossem, concedendo-se ou negando-se liberdade provisória a quem foi preso preventivamente, o que não é tecnicamente correto.

Embora a manutenção da prisão em flagrante e a decretação da prisão preventiva encontrem o mesmo fundamento (art. 312 CPP), não se diga o mesmo para as consequências da cessação das referidas medidas cautelares. Enquanto o preso em flagrante é posto em liberdade sob a condição de comparecimento a todos os atos do processo sob pena de revogação (art. 310, caput e parágrafo único, CPP), ou mediante fiança nas hipóteses cabíveis, o preso preventivo tem a prisão revogada sem que tenha de se submeter à condição alguma (art. 316, CPP).

²⁴ ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação penal especial**. 2008, p.91; FRANCO, Alberto Silva. Crimes hediondos. 2007, p. 484; MESQUITA JÚNIOR, Sídio Rosa de. **Comentários à lei antidrogas**. 2007, p. 82; OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 2009, p. 534; GOMES, Luiz Flávio. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/colunas_ver.php?idConteudo=42081> Acesso em 27.set.2009.

Tal distinção não tem muita importância quando se trata de qualquer outro crime que não seja hediondo ou equiparado, pois quanto a estes vige a discussão acerca da aplicação do instituto da liberdade provisória, de modo que, para uma boa didática não convém trocar um termo por outro.

Assim, se o sujeito foi preso preventivamente por supostamente ter cometido crime hediondo ou equiparado, e no decorrer do processo verifica-se a insubsistência dos motivos ensejadores da prisão, não há que se falar em liberdade provisória, e conseqüentemente se discutir o cabimento de referido instituto nestes crimes, não. Em se tratando de prisão preventiva verifica-se a legalidade da prisão somente à luz do Art. 312 do CPP e nada mais.

Quanto ao cabimento da liberdade provisória entende a maior parte da doutrina, senão sua totalidade, que após a vigência da Lei n. 11.464/2007 os crimes hediondos e equiparados se tornaram suscetíveis a tanto. De fato, não se encontra um autor sequer que tenha entendido em sentido contrário. Não obstante, embora haja decisões neste sentido²⁵, vem prevalecendo aquelas que sustentam que a vedação remanesce, lastreada na inafiançabilidade prevista constitucionalmente.²⁶

Porém, nem se diga como o fez o colendo Supremo Tribunal Federal, em acórdão relatado pelo eminente Min. Sepúlveda Pertence, citando o il. Desembargador Sérgio Teixeira Gama, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que seria ilógico que, vedada pelo Art. 5º, XLIII, da Constituição, a liberdade provisória mediante fiança nos crimes hediondos, fosse ela admissível nos casos legais de liberdade provisória sem fiança.²⁷

Isto porque, como já dito alhures, tal contradição já habita no código de processo penal desde 1977, com o advento da Lei n. 6.416, que acrescentou o parágrafo único ao Art. 310, do Código de Processo Penal e permitiu a liberdade provisória sem fiança nos crimes inafiançáveis. Do raciocínio exposto pelo eminente Ministro, agora aposentado, nos crimes a que o código de processo penal prevê a inafiançabilidade (Arts. 323 e 324), não seria aplicável o disposto no parágrafo único, do Art. 310, do mesmo diploma adjetivo, pois,

²⁵ BRASIL. STJ - HC 111.643/RS Relatora Min. Jane Silva, sexta turma, DJ 20/11/2008; Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

²⁶ Nesse sentido: BRASIL. STF – HC 86118/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, primeira turma, DJ 14.10.2005; HC 86814/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ 26.05.2006; HC 94662/SP, Relator Min. Eros Grau, segunda turma, DJ 24/06/2008; HC 95060/SP, Relator Min. Carlos Britto, primeira turma, DJ 16/12/2008; HC 95685/SP, Relatora Min. ELLEN GRACIE, segunda turma, DJ 16/12/2008; STJ - HC 88957/RS Relator Min. Arnaldo Esteves Lima, quinta turma, Data do Julgamento: 04/12/2008; Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

²⁷ BRASIL. STF - HC 83468/ES, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, julgamento: 11/11/2003. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

parafrazeando-se a tese aventada: “seria ilógico vedar a liberdade provisória mediante fiança e admiti-la nos casos legais de liberdade provisória sem fiança.”

Neste ponto, pertinente o magistério de Eugênio Pacelli de Oliveira:

[...] quando a Constituição veio a referir-se à inafiançabilidade para os crimes de racismo e de tortura, e outros [...] a única conclusão que se poderia e que se pode extrair do texto é a vedação da concessão de liberdade provisória com fiança. Não há de se falar em proibição de aplicação do Art. 310, parágrafo único, seja porque não houve referência expressa na Constituição – e é a própria Constituição que reconhece a também existência do regime de liberdade provisória sem fiança (art.5º, LXVI) -, seja, sobretudo, porque não se interpreta uma norma constitucional superveniente com base exclusivamente na legislação ordinária então vigente.²⁸

2.3 OPINIÕES DOUTRINÁRIAS E TENDÊNCIA LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL

Não é de hoje que alguns juristas e, notadamente, os doutrinadores veem com maus olhos a vedação da liberdade provisória prevista em lei. Os argumentos utilizados não são poucos e são providos de fortíssimo fundamento constitucional. Veja-se:

Decisão monocrática do Min. Celso de Mello: "EMENTA: "HABEAS CORPUS". VEDAÇÃO LEGAL ABSOLUTA, EM CARÁTER APRIORÍSTICO, DA CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. LEI DE DROGAS (ART. 44). INCONSTITUCIONALIDADE. OFENSA AOS POSTULADOS CONSTITUCIONAIS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, DO "DUE PROCESS OF LAW", DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA PROPORCIONALIDADE. O SIGNIFICADO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, VISTO SOB A PERSPECTIVA DA "PROIBIÇÃO DO EXCESSO": FATOR DE CONTENÇÃO E CONFORMAÇÃO DA PRÓPRIA ATIVIDADE NORMATIVA DO ESTADO. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ADI 3.112/DF (ESTATUTO DO DESARMAMENTO, ART. 21). CARÁTER EXTRAORDINÁRIO DA PRIVAÇÃO CAUTELAR DA LIBERDADE INDIVIDUAL. NÃO SE DECRETA PRISÃO CAUTELAR, SEM QUE HAJA REAL NECESSIDADE DE SUA EFETIVAÇÃO, SOB PENA DE OFENSA AO "STATUS LIBERTATIS" DAQUELE QUE A SOFRE. EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA: FATOR QUE, POR SI SÓ, NÃO AUTORIZA A PRISÃO PREVENTIVA. IRRELEVÂNCIA, PARA EFEITO DE CONTROLE DA LEGALIDADE DO DECRETO DE PRISÃO CAUTELAR, DE EVENTUAL REFORÇO DE ARGUMENTAÇÃO ACRESCIDO POR TRIBUNAIS DE

²⁸ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Op.Cit.*, p. 526.

JURISDIÇÃO SUPERIOR. PRECEDENTES. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA²⁹.

[...] inegavelmente inconstitucional. Inconstitucional, porque a manutenção obrigatória da prisão (em flagrante) dispensa fundamentação e, o que é pior, dispensa a fundamentação judicial. Ora, segundo o nosso texto constitucional, ninguém será mantido preso senão por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, nos termos do art. 5º, LXI. Inconstitucional, também, porque parte do pressuposto da existência do crime e de sua autoria, no que se revela incompatível com o princípio da inocência, e porque parte, ainda, do pressuposto de que, em tais situações, a prisão seria sempre necessária. Com isso, segundo a lei, estaria justificada a natureza cautelar da custódia.³⁰

Entretanto, da análise da jurisprudência dominante verifica-se que o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça assim não entendem. Os Ministros César Peluso, Carlos Britto, Eros Grau, Joaquim Barbosa, Ellen Gracie e Carmen Lúcia do STF (ver nota de rodapé nº 26) têm decidido que a vedação legal da liberdade provisória nos crimes hediondos e equiparados não ofende a constituição, muito pelo contrário, a vedação decorre da inafiançabilidade prevista constitucionalmente, além do que, quando a Lei n. 8.072/90 impedia a concessão de liberdade provisória incidia em redundância, dado que, sob o prisma constitucional (inciso XLIII do Art. 5º da CF/88), tal ressalva era desnecessária³¹. A terceira Seção do STJ (formada pelas quinta e sexta turmas), por exemplo, consolidou entendimento de que a vedação imposta pelo Art. 2º, II, da Lei nº 8.072/90 é fundamento suficiente para o indeferimento da liberdade provisória.³²

Por outro lado, alguns ministros do STJ e do STF, lastreados em farta produção doutrinária de autores de renome, defendem a tese diametralmente oposta, isto é, não só entendem que a Lei n. 11.464/2007, ao vedar somente a concessão de fiança passou a permitir a concessão da liberdade provisória sem fiança, como também advogam pela inconstitucionalidade da vedação apriorística da liberdade provisória, acarretando evidente divergência de interpretação constitucional.

Nada obstante, tal celeuma caminha para o fim. Recentemente (20/08/2009), o eminente Ministro Marco Aurélio do STF, conhecido por ser o ministro do voto vencido,

²⁹ BRASIL. STF - HC 96715-MC/SP - RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO. DJE de 3.2.2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

³⁰ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Op.Cit.*, p. 529.

³¹ BRASIL. STF - HC 95060/SP, Relator Min. Carlos Britto, primeira turma, DD 19/03/2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

³² BRASIL. STJ - HC 76779/MT, Relator Ministro Félix Fischer, quinta turma, DJ: 04/04/2008; Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 01 set. 2009.

reconheceu a repercussão geral do tema no RE n. 601.384-1/RS, admitindo-o, de modo que o assunto será submetido aos demais integrantes da corte e finalmente ao plenário.

Seja qual for a decisão do STF, ela se dará no controle incidental ou difuso de constitucionalidade, situação que trará à tona outra questão que também vêm causando polêmica, qual seja: os efeitos da eventual declaração de inconstitucionalidade. Isto porque, como é cediço, por ocasião do julgamento do HC 82.959-7, em que foi declarada a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/90, o STF estendeu os efeitos da decisão que, em tese, só valeria para as partes daquele processo, e aplicou o disposto no Art. 27 da Lei n. 9.868/99, que se refere ao processo e julgamento dos casos de controle concentrado ou abstrato de constitucionalidade (ADI ou ADC)³³, atribuindo assim, efeito *erga omnes* ao julgado.

De qualquer forma, em sendo concretizada esta mudança de interpretação pelo STF, tudo leva a crer que o caminho a ser trilhado será o mesmo que se deu por ocasião da declaração de inconstitucionalidade do § 1º do Art. 2º da Lei 8.072/90, quando foi proposto o projeto que veio a ser aprovado e sancionado e que recebeu o n. 11.464/2007.

CONCLUSÃO

A liberdade de locomoção é direito fundamental do homem, consubstanciada inclusive, em cláusula pétrea. Por esta razão sua restrição deve ser excepcionalíssima e ter suas balizas somente em parâmetros constitucionais. Também por isso, a vedação apriorística da liberdade provisória caracteriza-se num excesso legislativo, uma vez que fere preceitos constitucionais, mormente a dignidade da pessoa humana, a presunção da inocência, o devido processo legal e ampla defesa, vistos sob o prisma da razoabilidade e proporcionalidade.

Não se nega o fato de que os crimes hediondos e equiparados devam receber um tratamento mais severo tal como pretendeu o constituinte, mas daí a submeter o infrator à prisão obrigatória ultrapassa os limites do aceitável. Se o acusado deve permanecer preso durante a instrução ou mesmo após a condenação, permanecerá preso, mas por força de decisão judicial devidamente fundamentada e com base na análise do caso concreto, sopesando-se a efetiva necessidade da segregação cautelar, e não por decisão que faz mera menção à vedação legal.

³³ FRANCO, Alberto Silva. **Crimes hediondos**. 2007, p. 228.

Não se pretende que os criminosos da pior espécie (aqueles que cometem crimes hediondos e equiparados) permaneçam em liberdade convivendo com as pessoas de bem. Pretende-se, sim, que estes, permaneçam presos, mas sob a justificativa de que colocam em risco a ordem pública, a ordem econômica, a conveniência da instrução criminal e a garantia de aplicação da lei penal, o que não acontece quando se admitem leis que vedam a concessão de liberdade provisória sem fiança.

Durante muito tempo tal vedação foi aceita pela maioria de nossa jurisprudência que a entendia constitucional, entretanto, vislumbra-se uma expressiva mudança de interpretação na corte mais importante do país, o que possivelmente resultará na alteração do panorama atual e conseqüente adequação ao entendimento da doutrina.

Até que isto ocorra, espera-se daqueles que têm o poder de decisão, em sua maior parte juízes de primeiro grau, especial consideração aos princípios constitucionais, a fim de que fundamentem nos termos do Art. 312 do CPP, a necessidade de se manter encarcerado o que foi preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, Ricardo A. **Legislação penal especial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**, História e evolução da pena de prisão. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993. 352 p.

CARVALHO, Jeferson Moreira de. **Prisão e liberdade provisória**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999. 114 p.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: Editora UNB, 1994.

FRANCO, Alberto Silva. **Crimes hediondos**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GRECO, Lucas Silva e. **O sepultamento da manutenção obrigatória da prisão sem pena no processo penal brasileiro**. Disponível em:
<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9980>>. Acesso em 27 ago. 2009.

JESUS, Damásio E. de. **Código de Processo Penal Anotado**. 49. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LIBERDADE, **conceito**. Wikipédia. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberdade>>. Acesso em: 01 set. 2009.

MESQUITA JÚNIOR, Sidio Rosa de. **Comentários à lei antidrogas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MIRABETE, Julio F. **Manual de Direito Penal**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003. v. 1. 455 p.

PEREIRA, Jardel Costa. **O conceito de liberdade de John Locke**. Revista Eletrônica FUNREI. Disponível em: <http://www.funrei.br/revistas/filosofia>. Metavnoia, São João del Rei, n. 1, p. 7-15, jul. 1988/1999.

SILVA, Jorge Vicente. **Liberdade provisória com e sem fiança**. Histórico. 4. ed. Curitiba: Juruá. 1998. 160 p.